



Plano de Manejo

Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Apresentação





ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



KfW



Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins



Ministério do Meio Ambiente



PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Claudio Carrera Maretti

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Lilian Letícia Mitiko Hangae

**COORDENAÇÃO GERAL DE CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO**

COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANO DE MANEJO

Erica de Oliveira Coutinho

PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

Bruno Contursi Cambraia

Brasília, 2016

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Equipe de Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

Coordenação Técnica

Ana Rafaela D'Amico – PNCA/ICMBio

Supervisão e Acompanhamento Técnico do ICMBio

Lilian Hangae – DIMAN

Elaboração de Mapas e Figuras

Bruno Contursi Cambraia – PNCA

Equipe da Unidade de Conservação (Responsáveis pela revisão do documento)

Renato Diniz Dumont

Bruno Contursi Cambraia

Aline Roberta Polli

Ana Rafaela D'Amico

Leonardo de Castro Machado

Colaboração Técnica

Jane Maria de Oliveira Vasconcellos

José Flávio Cândido Jr.

Ayslaner Victor Gallo-de-Oliveira

Revisão e Editoração final

Ana Rafaela D'Amico

Equipe de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos (2011)

Coordenação Técnica

Ana Rafaela D'Amico – PNCA/ICMBio

Erica de Oliveira Coutinho – COMAN/DIMAN/ICMBio

Supervisão e Acompanhamento Técnico do ICMBio

Lílian Hangae – DIMAN/ICMBio

Allan Razera – CAMUC/ICMBio (quando da elaboração)

Cooperação Técnica

Leda Luz – GTZ

Maria Olatz Cases – GTZ

Maurício Silva – SIPAM/CR-PVH

Thiago Bortoleto Rodrigues – SIPAM/CR-PVH

Coordenação de Campo do Diagnóstico Ambiental

Cecília Alarsa

Consolidação do Diagnóstico Ambiental

Maurício Silva

Coordenação Socioeconomia

Aurelina Viana dos Santos

Elaboração de Mapas e Figuras

Erica de Oliveira Coutinho – COMAN/ICMBio

Thiago Bortoleto Rodrigues – SIPAM/CR-PVH

Charles Silva Barata

Estruturação e Redação do Documento

Jane Maria de Oliveira Vasconcellos

Equipe da Unidade de Conservação

Renato Diniz Dumont

Erica de Oliveira Coutinho

Patrícia Ferreira Ribeiro

Bruno Contursi Cambraia

Ana Rafaela D'Amico – até agosto de 2010

Térsio Abel Pezenti – até março de 2009

Izabel Francisca Cordeiro da Silva – até setembro de 2008

Laíze Pereira Magalhães – voluntária Instituto Pacto Amazônico

Revisão Ortográfica e Editoração

Alessandro O. Neiva - Consultor

Equipe de Consultores Responsáveis pelas Áreas Temáticas

Meio Físico

Eloiza Elena Della Justina
Cecília Alarsa
Charles Silva Barata

Recursos Hídricos Superficiais

Beatriz Machado Gomes
Erica Cristina Pupp

Vegetação

Ayslaner Victor Gallo-de-Oliveira
Marcos Eduardo G. Sobral

Ictiofauna

Solange A. Arrolho
Divina Sueide de Godoi
Rosalvo Duarte Rosa

Herpetofauna

Reginaldo Assêncio Machado
Paulo Sérgio Bernarde

Avifauna

José Flávio Cândido Jr.
Aline Dal'Maso

Mastofauna

Leandro Abade
Ana Rafaela D'Amico
Rogério Cunha de Paula

Socioeconomia

Aurelina Viana dos Santos
Leila Matos

Uso Público

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza
Ederson Lauri Leandro

Apoio em Campo – ICMBio

Antônio Elson Portela – Floresta Nacional do Bom Futuro
Leandro de Almeida – Reserva Biológica do Jaru

Agradecimento especial ao Batalhão de Polícia Ambiental de Rondônia pelo apoio prestado em campo durante os Diagnósticos Ambiental e Socioeconômico e Oficina de Planejamento Participativo.

SIGLAS

AER	Avaliação Ecológica Rápida
AGU	Advocacia Geral da União
AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CE	Corredor Ecológico
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
GTZ	Agência de Cooperação Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério de Minas e Energia
MOP	Matriz de Organização do Planejamento
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNCA	Parque Nacional dos Campos Amazônicos
SDS	Secretaria de Estado de Meio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

Apresentação.....	1
Declaração de Significância do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	3
Histórico da Criação e de Revisão dos Limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	5
Histórico do Planejamento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	11
Histórico da Monitoria e Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	22
Localização e Limites.....	26
Bibliografia.....	31

FIGURAS

Figura 1: Área inicialmente proposta para o Parque Nacional dos Campos Amazônicos comparada com a área decretada.	6
Figura 2: Área atual do PNCA (conforme Lei 12.678/2012), comparada com anterior (Decreto s/n de 21 de junho de 2006).....	9
Figura 3: Localização das principais ameaças ao Parque Nacional dos Campos Amazônicos.	12
Figura 4: Primeira proposta de região de influência do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	13
Figura 5: Esquema metodológico geral adotado para a integração das informações obtidas no diagnóstico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e a elaboração do planejamento.....	15
Figura 6: Esquema Geral Elaborado para a Reunião Técnica de Campo Demonstrando os Aspectos do Meio Físico dos Terrenos Encontrados no Setor III do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	17
Figura 7: Mapas falados elaborados por participantes da Oficina de Planejamento Participativo.....	20
Figura 8: Percentual de implementação das ações estratégicas do Plano de Manejo do PNCA.....	24
Figura 9: Ações previstas e implementadas por Programa de Gestão do Plano de Manejo do PNCA.....	25
Figura 10: Localização e acessos do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.....	28

FOTOS

Foto 1: Aspectos das pesquisas temáticas desenvolvidas para o diagnóstico ambiental do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.	16
Foto 2: Reuniões comunitárias durante o diagnóstico socioeconômico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.	18
Foto 3: Momentos da 2ª Oficina de Pesquisadores.....	19
Foto 4: Momentos das Oficinas de Planejamento Participativo em Manicoré e Terra Indígena Tenharim Marmelo.....	19

TABELAS

Tabela 1: Consolidação da monitoria da implementação do Plano de Manejo do PNCA.....	24
--	----

SUMÁRIO DO PLANO DE MANEJO

ENCARTE 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

- 1.1. Enfoque Internacional
- 1.2. Enfoque Federal
 - 1.2.1. O Parque Nacional dos Campos Amazônicos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e as Unidades de Conservação da Amazônia
 - 1.2.2. O Parque Nacional dos Campos Amazônicos e o Corredor de Conservação dos Ecótonos Sul-Amazônicos
 - 1.2.3. O Parque Nacional dos Campos Amazônicos e o Mosaico da Amazônia Meridional
 - 1.2.4. O Programa Áreas Protegidas da Amazônia
- 1.3. Enfoque Estadual: Contexto Ambiental
 - 1.3.1. Estratégias de Conservação
 - 1.3.2. Áreas Protegidas

ENCARTE 2 – ANÁLISE DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

- 2.1. **Características Gerais da Região**
- 2.2. **Caracterização Ambiental da Região**
 - 2.2.1. **Evolução Geoambiental da Região**
 - 2.2.2. **Contexto Atual**
 - 2.2.2.1. Clima
 - 2.2.2.2. Geologia
 - 2.2.2.3. Geomorfologia Regional
 - 2.2.2.4. Pedologia Regional
 - 2.2.2.5. Rede Hidrográfica Regional
 - 2.2.2.6. Caracterização Hidrogeológica da Região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos
 - 2.2.2.7. Vegetação
 - 2.2.3. **Caracterização das Unidades de Paisagem Geoambientais da Região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos**
 - 2.2.3.1. Unidade Geoambiental Depressão Roosevelt-Aripuanã
 - 2.2.3.2. Unidade Geoambiental Serranias do Manicoré

2.2.3.3. Unidade Geoambiental Campos do Tenharim

2.2.3.4. Unidade Geoambiental Serranias do Machado

2.3. Caracterização Socioeconômica da Região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.1. Histórico da Ocupação do Território

2.3.2. Histórico da Ocupação da Região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.2.1. Ocupação do Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.2.2. Caracterização Geral das Ocupações Ribeirinhas no Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.2.3. Caracterização Geral dos Distritos, Vilas, Ramais do Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.2.4. Caracterização Geral dos Projetos de Assentamentos, Projetos de Assentamentos Extrativistas e Projetos de Desenvolvimento Sustentável

2.3.2.5. Caracterização Geral das Terras Indígenas do Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.2.6. Caracterização Geral das Unidades de Conservação do Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.3. Situação Fundiária na Região do Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.4. Dinâmica Demográfica da Região

2.3.5. Caracterização da Economia Regional

2.3.5.1. Produção Agrícola

2.3.5.2. Pecuária

2.3.5.3. Atividade Pesqueira

2.3.5.4. Exploração Mineral

2.3.5.5. Extrativismo Vegetal

2.3.5.6. Turismo no Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.5.1.1. Estruturas Receptivas e os Atrativos Utilizados

2.3.6. Perfil Ocupacional: Nível de Emprego e Renda

2.3.7. Caracterização da Infraestrutura e Serviços

2.3.7.1. Segurança Pública

2.3.7.2. Saneamento Básico (Água, Esgoto e Resíduos Sólidos)

2.3.8. Caracterização dos Serviços de Saúde e Educação

2.3.8.1. Saúde

2.3.8.2. Educação

2.3.9. Percepções Sobre o Parque Nacional dos Campos Amazônicos

2.3.10. Principais Problemas Ambientais e Conflitos Decorrentes do Uso e Ocupação do Solo na Região

- 2.3.10.1. Garimpo no Igarapé Preto
- 2.3.10.2. Extração Ilegal da Madeira
- 2.3.10.3. Migração na Estrada do Estanho
- 2.3.10.4. Caça
- 2.3.10.5. Incêndios Florestais
- 2.3.10.6. Hidrelétrica Tabajara
- 2.3.10.7. Invasões
- 2.3.11. Oportunidades Socioeconômicas, Obstáculos e Ameaças no Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos**
- 2.3.12. Síntese da Caracterização Socioambiental da Região do Parque Nacional dos Campos Amazônicos**
- 2.3.13. Organização Social e Mapeamento Institucional**
 - 2.3.13.1. Organização Social e Institucional no Entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos
 - 2.3.13.2. Potencial de Apoio ao Parque Nacional dos Campos Amazônicos

ENCARTE 3 – ANÁLISE DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

- 3.1. Métodos de Trabalho**
- 3.2. Caracterização da Área: Meio Físico**
 - 3.2.1. Geologia
 - 3.2.2. Geomorfologia
 - 3.2.3. Pedologia
 - 3.2.4. Hidrografia
- 3.3. Caracterização da Área: Meio Biótico**
 - 3.3.1. Caracterização das Fitofisionomias e da Vegetação
 - 3.3.2. Herpetofauna
 - 3.3.3. Avifauna
 - 3.3.4. Mastofauna
 - 3.3.5. Ictiofauna
- 3.4. Problemas Identificados Quanto à Integridade Ambiental do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e seus Recursos Naturais**
 - 3.4.1. Fragmentação dos Ambientes do entorno do Parque Nacional dos Campos Amazônicos
 - 3.4.2. Ocupação do Entorno e Desmatamento
 - 3.4.3. Incêndios Florestais
 - 3.4.4. Presença de Espécies Exóticas

- 3.4.5. Hidrelétricas**
- 3.4.6. Pesca Predatória**
- 3.4.7. Caça Clandestina**
- 3.4.8. Garimpo**
- 3.4.9. Exploração Madeireira
- 3.5. Análise Integrada dos Dados Temáticos**
 - 3.5.1. Resultados do Diagnóstico Ambiental por Setor Amostrado**
 - 3.5.2. Análise Intertemática dos Dados Ambientais Diagnosticados**
 - 3.5.3. Análise da Classificação Intertemática por Setores Amostrais**
- 3.6. Situação Fundiária**
- 3.7. Atividades Desenvolvidas no Parque Nacional dos Campos Amazônicos**
 - 3.7.1. Atividades Anteriores à Elaboração do Plano de Manejo**
 - 3.7.2. Atividades Desenvolvidas Durante a Implementação do Plano de Manejo
 - 3.7.3. Situações Conflitantes**
- 3.8. Aspectos Institucionais do Parque Nacional dos Campos Amazônicos**
 - 3.8.1. Pessoal**
 - 3.8.2. Infraestrutura, Equipamentos e Serviços**
 - 3.8.3. Recursos Financeiros**

ENCARTE 4 – PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

- 4.1. Planejamento Estratégico**
 - 4.1.1. Objetivos Específicos de Conservação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos
 - 4.1.2. Missão
 - 4.1.3. Visão de Futuro
 - 4.1.4. Objetivos Estratégicos para o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos: Diretrizes de Ação
 - 4.1.5. Mapa Estratégico
- 4.2. Planejamento Tático**
 - 4.2.1. Plano de Ações por Programas de Manejo
 - 4.2.1.1. Programa Temático de Proteção
 - 4.2.1.2. Programa Temático de Pesquisa e Manejo
 - 4.2.1.3. Programa Temático de Uso Público
 - 4.2.1.4. Programa Temático de Consolidação Territorial
 - 4.2.1.5. Programa Temático de Integração com Entorno

4.2.1.6. Programa Temático de Operacionalização

4.2.2. Zoneamento do Parque Nacional dos Campos Amazônico

4.2.3. Zona de Amortecimento

4.2.4. Previsão de Infraestrutura

BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei Nº 9985 de 18 de Julho de 2000, estabelece que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo e define este como um “*documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade*”. A mesma lei determina que o Plano de Manejo deve abranger, além da área da Unidade de Conservação (UC), a sua Zona de Amortecimento¹ (ZA) e os Corredores Ecológicos² (CE) associados a ela.

O presente documento compõe o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Campos Amazônicos (PNCA) desenvolvido pelo ICMBio, com apoio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA).

O presente Plano de Manejo inicia com esta Apresentação, que inclui a descrição da importância da unidade, em sua “Declaração de Significância”, o histórico da sua criação, o processo de planejamento, o histórico de revisão de seus limites, a implementação do primeiro Plano de Manejo e o processo de sua revisão, além da localização e acessos e a ficha técnica, incluindo também o sumário de todos os encartes que compõem o documento:

- **Encarte 1:** Contextualização da Unidade de Conservação: trata do contexto internacional, federal e estadual em que a unidade está inserida, além de abordar sua importância na estruturação do Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos e do Mosaico da Amazônia Meridional.
- **Encarte 2:** Análise da Região da Unidade de Conservação: contextualiza a situação ambiental e socioeconômica dos municípios onde o PNCA e a sua zona de amortecimento estão inseridos.
- **Encarte 3:** Análise da Unidade de Conservação: apresenta o diagnóstico do PNCA, incluindo a caracterização de seus fatores abióticos (geologia, geomorfologia, solos, hidrografia), bióticos (vegetação, herpetofauna, avifauna, mastofauna e ictiofauna) e antrópicos.
- **Encarte 4:** Planejamento: trata do planejamento estratégico do PNCA, incluindo seus objetivos específicos, missão, visão de futuro, objetivos estratégicos e do planejamento tático, com as ações prioritárias por programa de manejo e o zoneamento da área.
- **Resumo Executivo**
- **Anexos do Plano de Manejo:**
 - **Anexo I:** Relatório da Coordenação e Realização do Levantamento de Campo.
 - **Anexo II:** Relatórios Temáticos do Meio Físico (clima, geologia, geomorfologia, hidrografia, solos).

¹ “Zona de Amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade.” (Art. 2º - XVIII)

² “Corredores Ecológicos: porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando Unidades de Conservação, que possibilitem entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência, áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.” (Art. 2º - XIX)

- **Anexo III:** Relatórios Temáticos do Meio Biótico (vegetação, herpetofauna, avifauna, mastofauna e ictiofauna).
- **Anexo IV:** Relatório Temático do Meio Antrópico.
- **Anexo V:** Relatório da Oficina dos Pesquisadores.
- **Anexo VI:** Relatório Intertemático Consolidado.
- **Anexo VII:** Relatório da Oficina de Planejamento Participativo.
- **Anexo VIII: Relatório da Monitoria e Revisão do Plano de Manejo**

DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

O PNCA, unidade de conservação de proteção integral, criada pelo Decreto Federal de 21 de junho de 2006 e com limites alterados pela Lei 12.678 de 25 de junho de 2012 com uma área de 961.539ha, possui significativa importância ambiental, principalmente pela sua localização estratégica para a manutenção da conectividade entre outras áreas naturais protegidas e por conter parte o maior refúgio do Cerrado no sul da Amazônia, suas interfaces com Campinaranas e formações florestais, incluindo também importante rede hidrográfica.

A rede hidrográfica do PNCA é formada por rios importantes e volumosos, que cortam o Parque e sua região, como os rios Roosevelt, Manicoré, Branco, Guariba, Machadinho e Machado, alimentados por um grande número de nascentes localizadas no interior da unidade: nascentes dos Rios Branco, Macacos e Manicoré e nascentes dos afluentes dos rios Roosevelt, Machado e Guaribas. Esta rede hidrográfica protegida contribui para a manutenção das áreas de Cerrado e regula a dinâmica hídrica do subsolo, devido à característica porosa-fissural do aquífero da Província Hidrogeológica Escudo Brasil Central, situado na porção sul da Unidade. Contribui também para garantir a manutenção dos ritmos de cheia e vazante, especialmente nos rios Machado e Roosevelt, importantes para a biodiversidade associada, rara ou ameaçada de extinção, como a doninha *Mustela* sp.

Também encontram-se protegidos no PNCA os diferentes ambientes aquáticos, associados à rede hidrográfica, como cachoeiras, corredeiras e bancos de areia, importantes para a reprodução de quelônios e peixes, como os grandes bagres, e para a manutenção dos estoques pesqueiros utilizados para a subsistência das populações ribeirinhas e eventual exploração turística.

O extenso enclave de Cerrado, resguardado em parte pelo Parque (189.400ha dos cerca de 386.000ha) representa uma vegetação relictual, remanescente de climas anteriores, isolada do restante do bioma Cerrado e sua proteção é significativamente importante, inclusive para manter a biodiversidade gênica e possíveis processos de especiação em andamento.

Além das áreas de Cerrado, o PNCA também protege duas diferentes áreas com vegetação aberta, caracterizadas como Campinaranas, extensas áreas florestais, com Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila Aberta e as interfaces entre estas formações, com processos ecológicos característicos e espécies associadas.

É significativa a importância da preservação dos ambientes florestais no entorno e interior das áreas de Cerrado e Campinarana para dificultar a entrada de espécies invasoras de outros ambientes abertos, para funcionar como corredores que viabilizam o fluxo gênico das espécies florestais e como refúgio para fauna no caso de incêndios, especialmente na área de Cerrado.

Uma das mais significativas particularidades do PNCA é a proteção das populações e comunidades de espécies que vivem nesses variados ambientes, tais como:

- as populações isoladas típicas de cerrado, como os anfíbios *Hypsiboas albopunctatus*, *Dendropsophus sanborni*, *Rhinella* gr. *granulosa*, os répteis *Hoplocercus spinosus* *Bothrops matogrossensis*, *Oxyrhopus rhombifer*, *Pseudoboa nigra*, *Thamnodynastes pallidus*; aves como *Neothraupis fasciata*, *Melanopareia torquata*, *Brotogeris chiriri*, *Saltator atricolis*, mamíferos *Blastocerus dichotomus* e *Ozotocerus bezoarticus* e espécies vegetais como bate-caixa lixeira *Palicourea rígida*, *Antonia ovata*, sempre-viva *Paepalanthus chiquitensis*.
- populações de espécies típicas de Campinarana como *Lagenocarpus* sp., *Mauritiella* sp. na margem do Rio Roosevelt e *Bonnetia* sp. nas proximidades da Rodovia Transamazônica.
- espécies vegetais de especial interesse como a palmeira sub-andina *Chellyocarphus* cf. *chuco* (primeiro registro para a Amazônia Meridional), e das possíveis novas espécies de palmeira *Syagrus* sp. e buritirana *Mauritiella* sp., e as espécies relevantes sempre-viva *Paepalanthus chiquitensis*, *Lagenocarpus* sp1, *Drosera* sp1, *Bonnetia* sp1 e *Selenicereus* sp1.
- populações de espécies frágeis³ como os peixes *Pseudoplatystoma tigrinus* (caparari) e *Brachiplatystoma vailanti* (pirarara), anfíbios *Trachycephalus resinifictrix* e *Leptodactylus fuscus*; répteis como *Pseudoboa nigra* e *Bothrops matogrossensis*; aves como *Harpia harpyja*, *Neothraupis fasciata*, *Tachyphonus rufus* e *Sporophila plumbea* e mamíferos *Atelocynus microtis*, *Mustela* sp., *Speothos venaticus*, *Mico manicorensis*, *Pteronura brasiliensis*, *Panthera onca* e *Puma concolor*.

O Parque Nacional dos Campos Amazônicos, ao proteger uma amostra significativa da biodiversidade do interflúvio Madeira-Tapajós, representa uma importante área para a manutenção da conectividade ambiental desta região, especialmente para o Mosaico da Amazônia Meridional e serve como barreira ao avanço do Arco do Desmatamento.

Além de todos estes aspectos, o PNCA incentiva e apóia o desenvolvimento da pesquisa científica e propicia ambientes naturais conservados para visitação e oportunidades para atividades de educação ambiental, com o envolvimento da comunidade do entorno.

Também tem a intenção de estimular a conservação e o manejo adequado dos recursos naturais na zona de amortecimento, buscando promover regularização ambiental e práticas econômicas sustentáveis.

³ Espécies raras, ameaçadas, endêmicas, pouco conhecidas, ou com função chave nos ecossistemas.

HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E DE REVISÃO DOS LIMITES DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

A região onde atualmente se localiza o PNCA foi considerada como de extrema importância biológica para peixes, anfíbios e répteis, na *“Avaliação e identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira”*, em sua primeira etapa, desenvolvida entre 1999 e 2000 (Seminário de Macapá, MMA, 2001), com recomendação de ações para a criação de Unidade de Conservação, elaboração de inventários biológicos, estudos antropológicos e desenvolvimento de programa de educação ambiental.

O processo de criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos teve início em 2001, quando grandes extensões de terras públicas, sem potencial para reforma agrária, foram repassadas do MDA/INCRA para o MMA, visando a criação de unidades de conservação. Estas serviriam de compensação à reserva legal de assentamentos.

Em 2002, foi realizado um reconhecimento destas terras, pela equipe técnica do IBAMA responsável pelo processo de criação e técnicos do INCRA. Em menos de um mês foram vistoriados cerca de 6 milhões de hectares, identificando, num primeiro momento, se a área seria factível como UC e depois identificando as categorias de manejo mais adequadas. No mesmo ano, uma proposta preliminar estava concluída e resultou na criação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, na Floresta Nacional de Jatuarana, na ampliação da Reserva Biológica de Uatumã e na proposição de criação de várias outras unidades, inclusive os Campos Amazônicos, onde foi constatada a presença do enclave de Cerrado.

Entretanto, em 2002 não houve condições políticas para finalizar este processo de criação.

Posteriormente, outros estudos científicos e pareceres técnicos de diversos pesquisadores indicaram a região do interflúvio Madeira-Tapajós, onde o Parque estaria incluído, como uma das mais ricas em endemismos em toda a Amazônia, especialmente pela diversidade de ambientes que, além das florestas características da Amazônia, abriga enclaves de Cerrado e de Campinarana.

Em setembro de 2004 foi realizada outra vistoria, mais completa e mais abrangente, aérea e terrestre, com vistas à criação do PNCA e do Parque Nacional do Juruena. Na região do PNCA os cerrados estavam queimados e havia diversas placas que procuravam dar a impressão de que existia um processo legal e organizado de ocupação da área. Contudo, sabia-se que no Estado do Amazonas, na área proposta para o Parque, as terras eram 100% públicas, pertencentes à União, e que somente no Estado de Mato Grosso as terras seriam estaduais e poderiam ter ocupações regularizadas.

Após esta vistoria e com base nas glebas ofertadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Terras Indígenas já estabelecidas na região, foi elaborada a primeira proposta de desenho do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

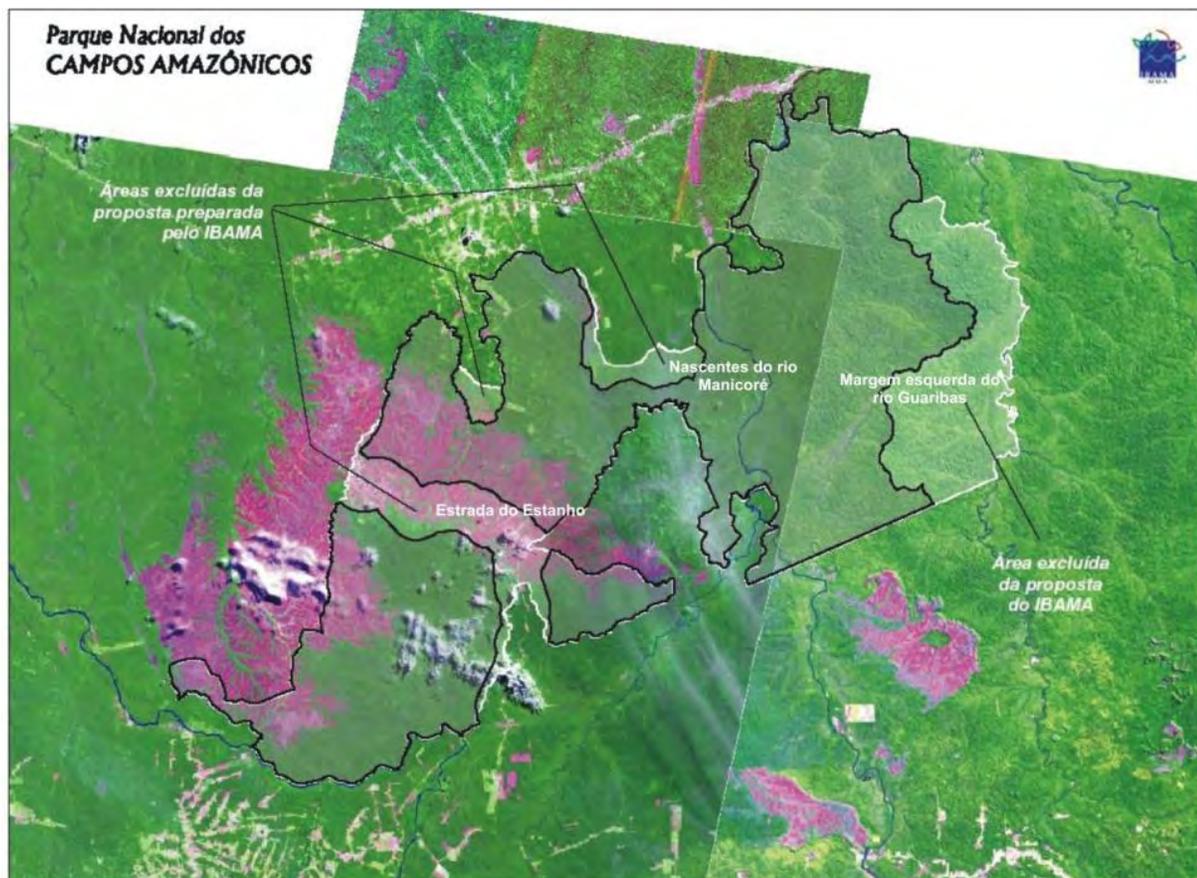
Foram então realizadas três consultas públicas: no Município de Manicoré/AM, em 21 de dezembro de 2004; em Machadinho D'Oeste/RO, em 21 de janeiro de 2005 e em Humaitá/AM,

em 21 de fevereiro de 2006, todas com divulgação no Diário Oficial da União e principais jornais locais. Em Santo Antonio do Matupi (km 180) não houve condições para a realização da Consulta Pública. Conforme as listas de presença, um grupo de pessoas diretamente interessadas esteve presente em todas as consultas.

Houve muita pressão para retirada de áreas dos limites originalmente propostos, num processo com muitas discussões com a comunidade do entorno e o Governo do Estado do Amazonas. Diversas modificações dos limites foram feitas até que se chegasse a proposta final apresentada pelo IBAMA (órgão responsável pela criação de UC na época) ao MMA.

Contudo, em 21 de junho de 2006, quando o PNCA foi finalmente criado, por Decreto Federal, os limites finais decretados diferiam da proposta final do IBAMA. Com estas alterações, foram retirados cerca de 210.000ha de terras da União que comporiam a UC, sendo cerca de 150.000ha ao longo da margem esquerda do rio Guaribas e outros trechos, e cerca de 60.000ha ao longo da estrada do Estanho (correspondendo à faixa de cinco quilômetros de cada lado da estrada), conforme demonstra o mapa da Figura 1. A exclusão destas áreas, sem estudos prévios, resultou em considerável diminuição da área de Cerrado a ser protegida e na fragmentação do Parque em três porções isoladas, comprometendo a sua conservação e gestão.

Figura 1: Área inicialmente proposta para o Parque Nacional dos Campos Amazônicos comparada com a área decretada.



O Parque Nacional dos Campos Amazônicos, conforme o Decreto de sua criação possuía cerca de 873.570ha, abrangendo parte dos municípios de Manicoré e Novo Aripuanã (Amazonas), Machadinho D'Oeste (Rondônia) e Colniza (Mato Grosso). Entretanto, durante a elaboração do zoneamento da UC, foi constatado que a UC possuía 809.158ha, diferente do que constava em seu Decreto de criação. Tal erro se deve à inclusão do § 2º no Art. 2º, que excluía a faixa de 5km ao longo da estrada do Estanho, sem subtrair a área excluída do tamanho total da UC.

Em 2009, durante o processo de elaboração do primeiro Plano de Manejo do PNCA, foram iniciadas as negociações para revisão de seus limites, devido ao questionamento do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre os conflitos destes com a proposta de instalação do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Tabajara, obra incluída no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, cujo inventário hidrelétrico da bacia foi finalizado apenas um mês antes da criação do PNCA.

O interesse do Governo Federal em viabilizar AHE Tabajara levou à criação de um Grupo de Trabalho (GT) interministerial (Portaria ICMBio nº 159/2009), envolvendo ICMBio/MMA e o MME para discussão sobre os impactos do empreendimento e as alterações necessárias nos limites da UC.

Na mesma época, a Procuradoria da República no Amazonas encaminhou ao ICMBio a RECOMENDAÇÃO Nº 016/2009/2ºOFCIV/PR/AM, solicitando ao ICMBio e ao MMA que procedessem a ampliação do Parque, restituindo os limites propostos pelo IBAMA em 2006 e incluindo a área da estrada do Estanho no interior do Unidade.

Durante os trabalhos do GT foi elaborada a proposta de ampliação do PNCA, considerando os resultados do Diagnóstico Ambiental realizado para subsidiar o Plano de Manejo, que apontou para a necessidade de reverter a fragmentação da área, como única forma de manter a sua integridade ecológica no longo prazo. O diagnóstico também indicou a necessidade de ampliação da área preservada com formações vegetais abertas - Cerrado e Campinarana, relictuais na Amazônia, preservando a sua condição de "isolamento" no interior de áreas florestais, bem como, de ampliação da área de floresta conservada na região do rio Guaribas

Em setembro de 2009 o GT interministerial apresentou, em consenso, proposta de ampliação para os limites da UC, no entanto, não houve acordo quanto à desafetação para viabilização do AHE Tabajara na forma proposta pelo MME. A equipe do ICMBio foi contrária a realização do empreendimento com a barragem na cota 80m, por entender que haveria grande comprometimento dos recursos naturais da Unidade, especialmente do enclave de Cerrado, devido a alteração do regime hídrico da região, a proximidade do lago e a possível elevação do lençol freático na área dessa importante fitofisionomia, objetivo de criação do PNCA.

No final de 2009 o Governo Federal decidiu pela continuidade dos estudos para implementação do AHE Tabajara na cota 80m, dando início à elaboração do Projeto de Lei com a exclusão da área para viabilizar o empreendimento, e para ampliar o Parque nas áreas propostas, como forma de compensação pela desafetação.

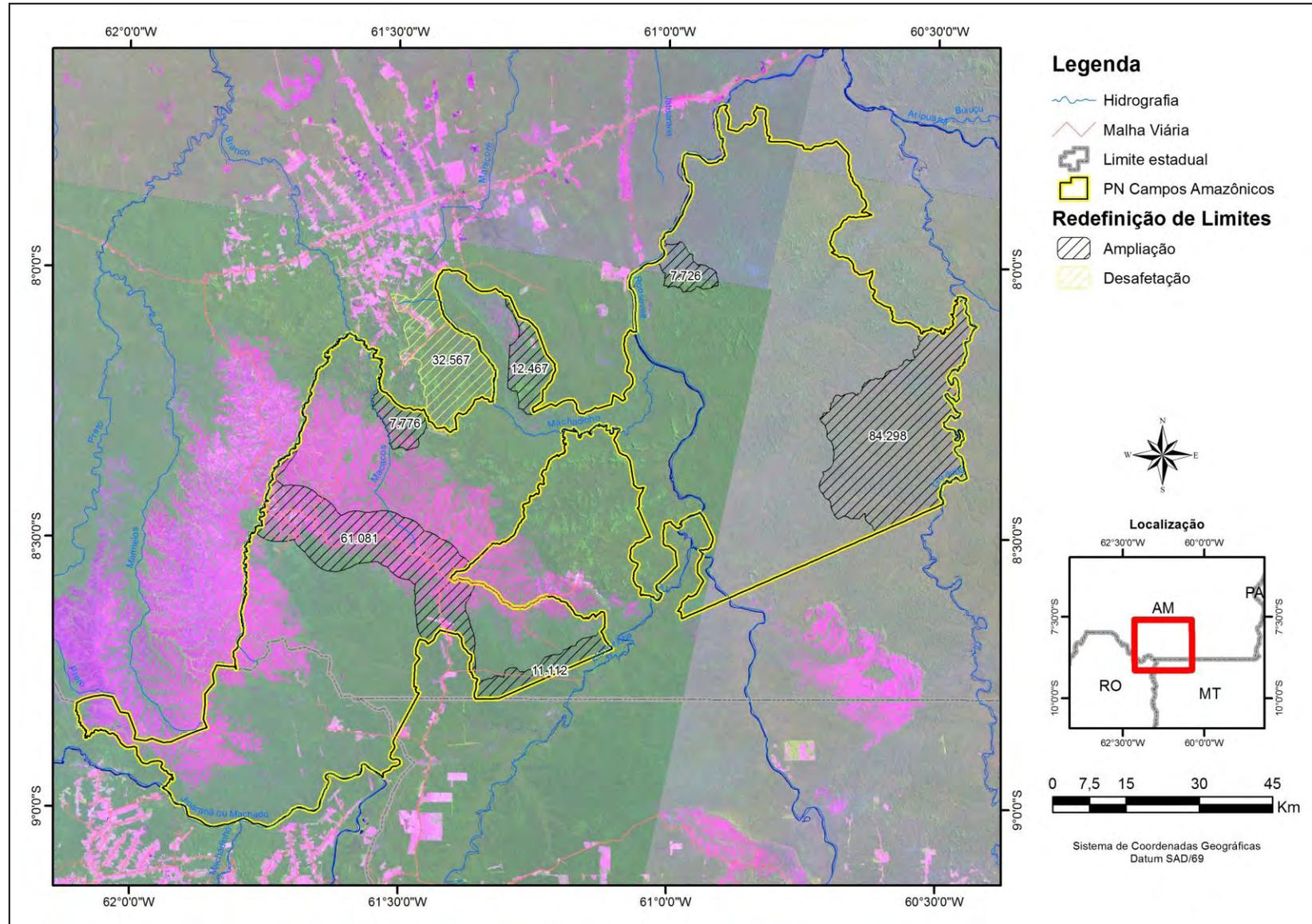
Durante as negociações para a revisão dos limites, houve grande mobilização dos moradores do Distrito de Santo Antônio do Matupi, especialmente do ramal do Pito Aceso, para retirada da área ocupada do interior do Parque. Os ocupantes da estrada do Estanho também se mobilizaram, pois tinham interesse na regularização de suas posses ou compensação pela perda das áreas, sendo que os dois grupos tiveram apoio do Governo do Estado do Amazonas na negociação.

Em atendimento a demanda local, em novembro de 2011 foi realizada Audiência Pública no distrito de Santo Antônio do Matupi, com participação do ICMBio, do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) para negociação da proposta de retirada da

região do ramal do Pito Aceso do interior do Parque, para regularização dos ocupantes desta área e realocação dos posseiros da estrada do Estanho, visando a diminuição dos conflitos fundiários gerados na região pela criação e revisão dos limites da UC.

O processo de negociação, após a publicação de duas Medidas Provisórias (MP 542/2011 e MP 558/2012), culminou com a aprovação da Lei 12.678 de 25 de junho de 2012 que alterou os limites do PNCA, retirando cerca de 1.500ha para viabilizar o AHE Tabajara e cerca de 32.000ha no ramal do Pito Aceso para regularização dos posseiros desta área e da estrada do Estanho, que foi finalmente incorporado ao Parque, em conjunto com outras áreas, somando cerca de 152.000ha de área ampliada. A Figura 2 demonstra os limites que foram alterados na UC.

Figura 2: Área atual do PNCA (conforme Lei 12.678/2012), comparada com a área anterior (Decreto s/n de 21 de junho de 2006).



A proposta de ampliação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos foi baseada na preservação de maiores áreas das fisionomias especiais, Cerrado e Campinarana, bem como da manutenção do seu isolamento, e na melhoria do desenho da Unidade para favorecer a manutenção da biodiversidade. Segue breve descrição sobre as áreas ampliadas:

Estrada do Estanho (61.081ha)

Os principais objetivos de ampliação nessa região foram aumentar a área do enclave de cerrado e suas variações, a ser preservada, e unir as três partes do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, tornando-o uma Unidade contínua, e garantindo a manutenção do fluxo gênico entre elas. Com a inclusão dessa área no PNCA, também evitar-se-á que a ocupação humana altere ainda mais a fitofisionomia de Cerrado, considerada especial para a conservação e de grande fragilidade ecológica.

Área de conexão com o Mosaico do Apuí (11.112ha)

A ampliação dessa área buscou favorecer a manutenção do fluxo gênico, no longo prazo, com o aumento dos limites contíguos entre o PNCA e o Mosaico de Unidades Estaduais do Amazonas garantindo a conectividade futura entre estas Unidades. Outro objetivo é impedir a invasão de terras públicas, já iniciadas nesse local, por ser uma área ainda sem destinação clara, o que facilita sua ocupação irregular.

Final do ramal do Pito Acesso e ramal dos Baianos (7.776ha e 12.467ha)

A ampliação nessas duas áreas objetivou a manutenção do isolamento do enclave de Cerrado e das Campinaranas da Unidade, incluindo uma pequena parte do enclave de Cerrado desprotegido na região do Pito Acesso (7.776ha) e uma área de Campinarana no ramal dos Baianos (12.467ha).

Igarapé Gavião (7.726ha)

O objetivo de ampliação dessa área foi evitar a retomada antigo garimpo existente neste igarapé, onde foi constatado desmate e alteração em topos de morros, no limite com o Parque, além de proporcionar um desenho mais adequado à gestão e manutenção da biodiversidade da UC.

Rio Guaribas (84.298ha)

Esta área foi ampliada com o objetivo de aumentar a área de Floresta Ombrófila Densa na região do rio Guaribas sob proteção integral, garantir a preservação de um maior contínuo florestal, conforme previsto na proposta de criação do PNCA, e combater a invasão de terras públicas na região, que já vem ocorrendo devido a falta de destinação clara da área.

A área ampliada do PNCA difere em alguns pontos da proposta original de limites apresentada pelo IBAMA, principalmente por levar em conta a ocupação atual da área e a utilização de recursos naturais pela Comunidade de Bela Vista do Rio Guaribas, especialmente nos igarapés São João e Taboca, que estavam incluídos na área inicialmente proposta como Parque. Essas questões foram consideradas na reavaliação dos limites para evitar conflitos e garantir a obtenção dos produtos extrativistas pela comunidade.

HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

A elaboração do Plano de Manejo utilizou como referencial o Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (Galante *et alii*, 2002), adaptado às características específicas da área, à realidade local e especialmente para os desafios de gestão da Unidade, sendo esse o foco principal dos diagnósticos e do planejamento.

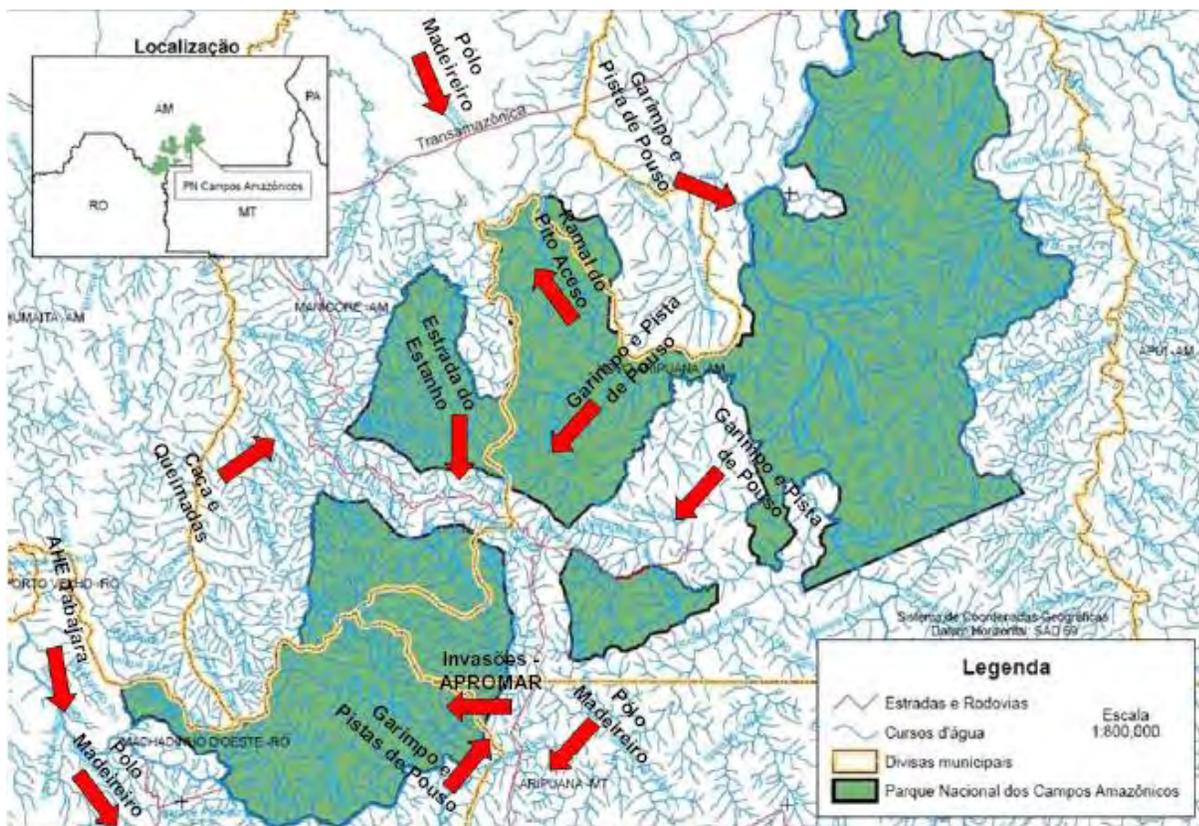
O planejamento do PNCA foi desenvolvido com recursos do Programa ARPA e teve início antes do processo de elaboração do Plano de Manejo, como descrito a seguir:

1. Em julho de 2007 foi nomeada a primeira equipe gestora do PNCA, com três integrantes e em janeiro de 2008, foi realizada a **Oficina de Planejamento Emergencial para a Gestão do Parque Nacional dos Campos Amazônicos**, em Porto Velho-RO, na sede do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Esta oficina, organizada pelo ICMBio/DIREP e a equipe do PNCA, com o apoio do Programa ARPA e da Agência de Cooperação Alemã (GTZ), contou com a participação de técnicos do ICMBio, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), SIPAM, Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e atores da região com conhecimento local, para discutir e identificar as demandas, problemas e definir prioridades de ações para a gestão da Unidade.

Inicialmente foram feitas apresentações, caracterizando o PNCA e sua região, os principais problemas a serem enfrentados para efetiva gestão do Parque e caracterização do Mosaico do Apuí, foram apresentadas as Operações de Controle ao Desmatamento, em 2007, no Km 180. Logo após, os participantes passaram a trabalhar em dois grupos estruturados para aprofundar os temas relativos à integração com o entorno e à proteção e manejo dos recursos naturais. Como resultado, foi elaborada uma Matriz de Ações Prioritárias, com propostas de ações voltadas para a proteção da área, para aprofundar o conhecimento da Unidade e melhorar sua relação com o entorno.

O mapa com a localização das principais ameaças ao PNCA, apresentado na caracterização da unidade, conforme mostra a Figura 3, foi importante para a orientação de todo o trabalho posterior, inclusive para a organização do planejamento do Plano de Manejo.

Figura 3: Localização das principais ameaças ao Parque Nacional dos Campos Amazônicos, na época da elaboração do primeiro Plano de Manejo.

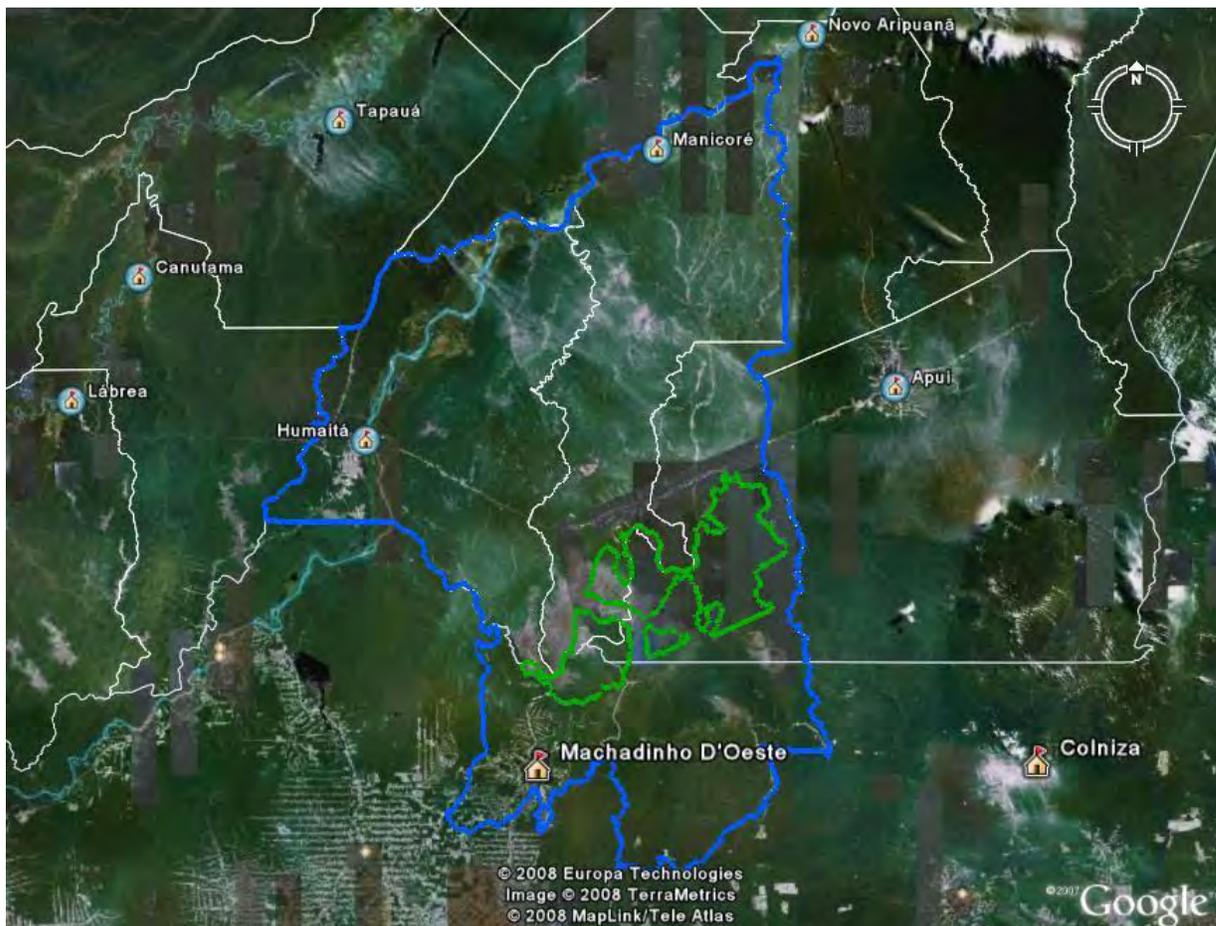


2. No mesmo encontro, no dia 30 de janeiro de 2008, foi iniciado o processo de elaboração do Plano de Manejo, com a realização da **Reunião de Organização do Planejamento**. Nesta reunião, foram apresentados a visão do COBAM sobre a elaboração do Plano de Manejo na região amazônica; uma espacialização dos estudos já realizados na área da Unidade e tomadas as seguintes decisões em relação ao Plano de Manejo:

- definido que o plano de manejo deveria ser realizado de uma forma mais compacta, com foco nos desafios atuais de gestão da UC e com apresentação de respostas para direcionar o manejo adequado do Parque, com planejamento elaborado de acordo com a capacidade de gestão da UC e buscando um plano mais estratégico e aplicável.
- definidos os temas a serem pesquisados a partir dos dados secundários e dados primários coletados em campanha de campo: Meio Físico: clima, geologia, geomorfologia, pedologia e hidrografia. Meio Biótico: vegetação, herpetofauna, avifauna, mastofauna e ictiofauna. Uso Público.
- decidido que o levantamento dos dados primários seria desenvolvido em uma única campanha de campo, ficando as lacunas de conhecimento a serem resolvidas em programas específicos, incluídos e priorizados no planejamento do manejo da área. Definiu-se também que as pesquisas de campo deveriam priorizar os efeitos das pressões antrópicas sobre a biodiversidade do Parque, ao invés de realizar levantamentos exaustivos de espécies, fornecendo orientações práticas para a gestão da UC.

- definida a equipe de coordenação do planejamento e sugeridos os pesquisadores para compor a equipe dos diagnósticos.
- elaborada a primeira proposta da região da UC (Figura 4) havendo consenso de que a sede municipal de Novo Aripuanã e de Colniza têm pouca ou quase nenhuma influência sobre a área da Unidade, ficando apenas parte da área desses municípios como área de influência. Manicoré foi considerado como influência moderada e Machadinho D'Oeste e Humaitá com maior interferência na dinâmica da região.
- elaborada a Matriz de Organização do Planejamento (MOP), prevendo a conclusão do Plano de Manejo para junho de 2009.

Figura 4: Primeira proposta de região de influência do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



3. Em maio de 2008, foi realizado um sobrevôo de reconhecimento da área com a participação da Chefia da Unidade, de técnico do SIPAM em conjunto com a coordenação de campo do diagnóstico ambiental, com o intuito de ampliar o conhecimento da área para melhor planejar as atividades de campo.
4. Em junho de 2008, foi realizada a 1ª Oficina de Pesquisadores visando à preparação para o diagnóstico da área. Participaram todos os pesquisadores responsáveis pelas áreas temáticas, a coordenação de campo, a equipe da UC e a equipe de supervisão e de coordenação do planejamento. Nesta reunião foram analisadas as informações já existentes

sobre a Unidade, os desafios de gestão e o foco a ser dado nos diagnósticos dos pesquisadores, sendo decidido que estes devem ser voltados para as pressões e necessidades de gestão do Parque.

Ficou estabelecida a adoção dos procedimentos da Avaliação Ecológica Rápida (AER), adaptada para as necessidades vigentes no PNCA, de forma a permitir a análise integrada das informações, considerando-se a visão sistêmica dos ambientes e das espécies vegetais e animais presentes em conjunto com o Meio Físico. Para tanto, foram estabelecidos os procedimentos metodológicos a serem adotados para identificar, por meio da seleção de locais comuns de amostragem, o *status* ambiental das áreas de estudo, como base para o estabelecimento de áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do PNCA e sua zona de amortecimento, como apresentado na Figura 5.

Foram também definidos os setores e trilhas a serem amostrados em campo, com base na vivência da equipe do ICMBio na área, nos dados do sobrevôo e na análise de imagens orbitais e mapas, considerando, principalmente, as pressões antrópicas existentes sobre a UC, as bacias hidrográficas e os diferentes ecossistemas presentes na área e no entorno. Também foi acordado com os pesquisadores a investigação em locais impactados e em locais íntegros dentro do mesmo ambiente quando possível, para possibilitar a comparação entre eles.

Foi apresentado o padrão dos relatórios temáticos a serem elaborados pelos pesquisadores, atendendo aos critérios especificados nos Termos de Referência emitidos pelo ICMBio e definido um formato padronizado para as fichas de campo, contendo a nomenclatura dos setores e trilhas e a caracterização geral de cada um, a serem preenchidas pelos pesquisadores no campo.

Devido a problemas financeiros, o calendário inicial do plano de manejo não pode ser mantido, pois, devido à falta de recursos do Programa ARPA a fase de campo do diagnóstico ambiental, inicialmente prevista para junho de 2008, foi adiada para novembro, atrasando todo o processo.

5. Em outubro, visando orientar os pesquisadores antes do trabalho de campo, a coordenação entregou para os mesmos um documento contendo uma caracterização geral da UC e entorno (localização e acessos, principais rios, aspectos bióticos relevantes, fragmentação, uso e ocupação do solo), pressões e ameaças e áreas prioritárias para ação.

Figura 5: Esquema metodológico geral adotado para a integração das informações obtidas no diagnóstico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos e a elaboração do planejamento.



6. No período de 09 a 30 de novembro de 2008, no início do período da cheia, foram realizados os trabalhos de campo para o diagnóstico ambiental e de uso público da unidade, sendo todos os temas trabalhados em conjunto (Foto 1).

Foto 1: Aspectos das pesquisas temáticas desenvolvidas para o diagnóstico ambiental do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



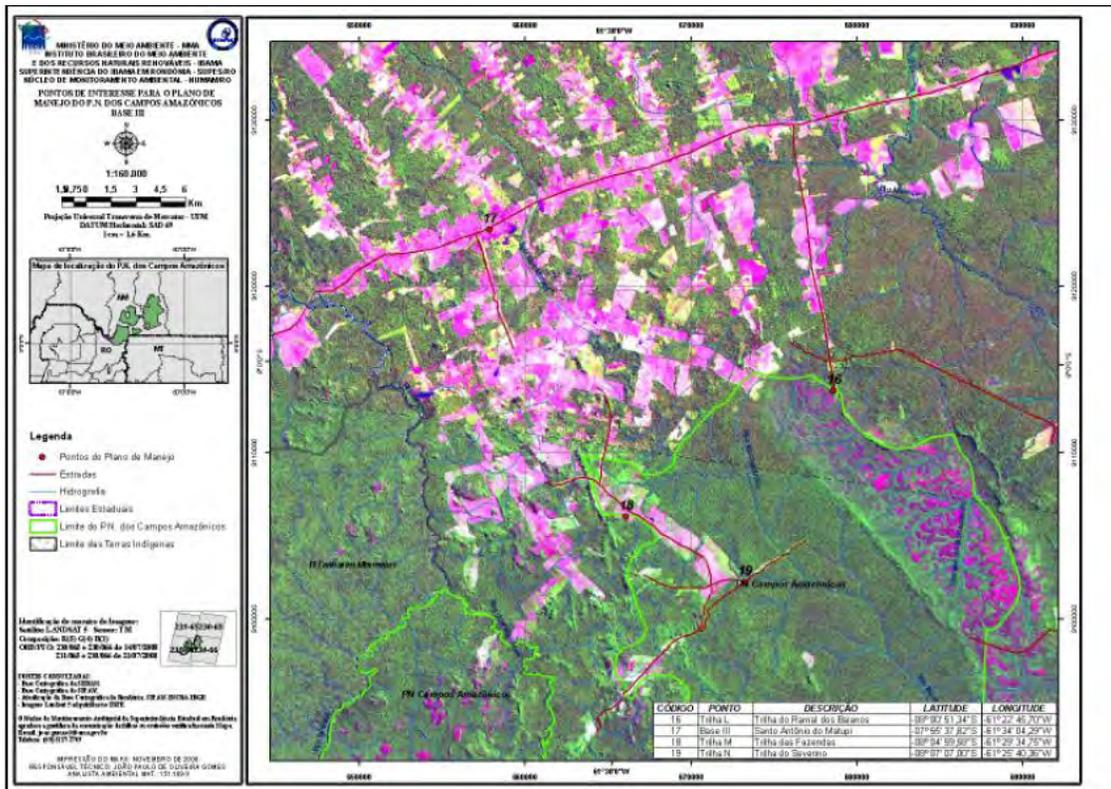
Fotos: Adriano Gambarini, Divina Sueide de Godoi, armadilha fotográfica (Acervo PNCA) e Ana Rafaela D'Amico (em sentido horário).

Durante os trabalhos de campo foram realizadas três reuniões técnicas com os pesquisadores para esclarecimentos quanto à metodologia do diagnóstico ambiental, apresentação dos setores e trilhas de amostragem de campo, para o acompanhamento dos resultados e para a readequação da rotina dos trabalhos. Diariamente foram trocadas informações com e entre os componentes da equipe, de forma a integrar, desde a origem, as informações do plano de manejo.

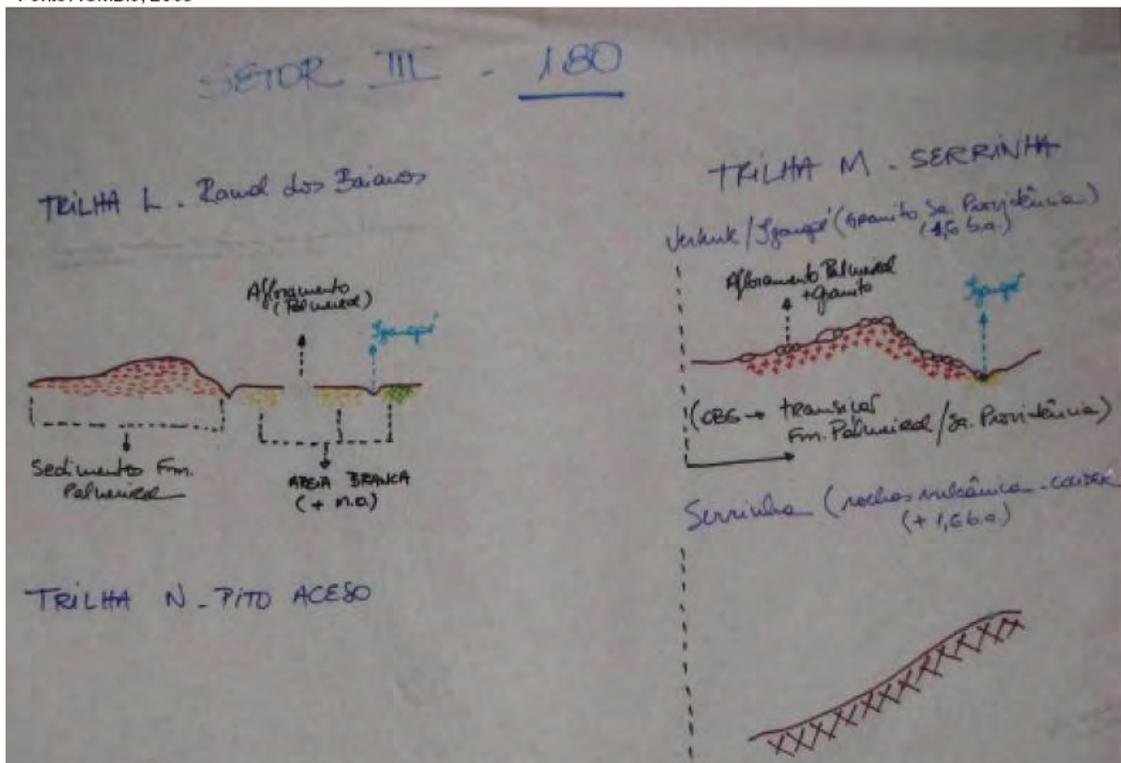
7. Em fevereiro de 2009, a coordenação do diagnóstico ambiental apresentou um relatório contendo informações sobre as atividades de campo realizadas em novembro, descrevendo a estrutura organizacional da rotina diária de amostragens das áreas e os resultados gerais obtidos durante o período e apresentando uma caracterização inicial dos setores de amostragem.

A Figura 6 mostra aspectos dos estudos e integração de dados sobre os Setores amostrais realizados nas reuniões técnicas de campo, durante a expedição.

Figura 6: Esquema Geral Elaborado para a Reunião Técnica de Campo Demonstrando os Aspectos do Meio Físico dos Terrenos Encontrados no Setor III do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



Fonte: ICMBio, 2008



8. Em fevereiro de 2009, foi realizada a expedição de campo para coleta de dados primários para o diagnóstico socioeconômico, sendo utilizado como referencial metodológico o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Foram realizadas entrevistas e reuniões (Foto 2) nas vilas, comunidades, assentamento e terras indígenas do entorno da unidade (Três Fronteiras, Tabajara, Assentamento Santa Maria II, estrada do Estanho, Santo Antônio do Matupi, Bela Vista do rio Guaribas, terras indígenas Tenharim Marmelos e Tenharim Igarapé-Preto).

Foto 2: Reuniões comunitárias durante o diagnóstico socioeconômico do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



Fotos: Arquivo PNCA.

9. Entre os dias 7 e 9 de abril de 2009 foi realizada em Porto Velho/RO a **2ª Oficina de Pesquisadores** com a participação dos pesquisadores envolvidos nos diagnósticos ambiental, socioeconômico e de uso público, a equipe do PNCA, a equipe de planejamento e colaboradores de instituições parceiras (Foto 3).

Durante a Oficina foi feita uma apresentação dos resultados dos diagnósticos temáticos, a definição dos objetivos específicos e dos alvos de conservação da unidade, a identificação das ameaças a estes alvos e elaboração de propostas de estratégias e ações de manejo para controlar as ameaças e, finalmente, a elaboração de uma proposta de zoneamento do PNCA. O método de trabalho utilizado possibilitou que o conhecimento dos pesquisadores fosse além do diagnóstico da área, possibilitando uma conexão direta entre o diagnóstico e o planejamento. O relatório completo desta reunião encontra-se como anexo do presente Plano de Manejo.

10. Em maio de 2009, foram realizadas duas Oficinas de Planejamento Participativo (OPP). A primeira, realizada nos dias 6 e 7 de maio, reuniu representantes das comunidades do entorno e da região do PNCA, no Salão da Igreja Católica, em Santo Antônio do Matupi, km 180 da BR-230 (Rodovia Transamazônica) município de Manicoré/AM. A segunda foi uma Oficina de Planejamento Participativo Indígena (Foto 4), realizada nos dias 8 e 9 de maio, na Aldeia Campinho na Terra Indígena Tenharim Marmelo.

Foto 3: Momentos da 2ª Oficina de Pesquisadores.



Fotos: Acervo do PNCA.

Foto 4: Momentos das Oficinas de Planejamento Participativo em Santo Antônio do Matupi e Terra Indígena Tenharim Marmelo.



Fotos: Acervo do PNCA.

Essas oficinas tiveram como objetivos (1) estreitar relações do Instituto Chico Mendes com os segmentos sociais, instituições públicas e privadas com potencial de contribuir na gestão do PNCA; (2) Apresentar relatórios dos diagnósticos socioeconômico e ambiental; (3) elaborar uma linha histórica de 1990 a 2009, com mapas falados (como era a região e a situação atual) (4) Identificar as oportunidades e desafios da gestão da unidade; (5) Identificar propostas de ações; (6) Identificar a contribuição das instituições na implementação das ações. A Figura 7 mostra os mapas falados da Comunidade de Tabajara. O relatório completo das OPP encontra-se como anexo deste Plano de Manejo.

Figura 7: Mapas falados elaborados por participantes da Oficina de Planejamento Participativo.



11. Os relatórios temáticos foram entregues pelos pesquisadores entre abril e julho de 2009 para análise da equipe de planejamento e posteriormente adequados e/ou complementados. A partir desta ocasião também foi elaborada a **Consolidação do Diagnóstico Ambiental**. Todos estes relatórios encontram-se como anexos deste Plano de Manejo.
12. Nos dias 8 e 9 de outubro de 2009 foi realizada a **1ª Reunião de Estruturação do Planejamento**, quando foi apresentado e analisado o documento Subsídios para o Planejamento, contendo uma compilação de todas as propostas de manejo existentes (dos pesquisadores e das OPP). Após a definição do método de planejamento a ser adotado, o trabalho foi iniciado com a identificação dos 18 Objetivos Específicos (a partir dos 30 objetivos propostos pelos pesquisadores), definidas a Missão e a Visão de Futuro do PNCA. Foram também identificados os objetivos estratégicos da unidade, com a elaboração do Mapa Estratégico do PNCA, visando o controle das ameaças e alcance da Visão de Futuro, nas perspectivas do ambiente, dos usuários, dos processos, do aprendizado e inovação e financeira e suporte. A discussão para elaboração do mapa considerou o horizonte temporal de cinco anos.

Foi iniciada (mas não concluída) uma revisão da proposta de Zoneamento da UC elaborada pelos pesquisadores, procurando utilizar limites geográficos/físicos na delimitação das zonas, bem como incluindo ajustes apoiados em imagem de satélite e novas informações.

13. Entre os dias 8 e 11 de fevereiro de 2010 foi realizada a **2ª Reunião de Estruturação do Planejamento**, com a participação da equipe de coordenação do planejamento, da equipe gestora do PNCA, da coordenadora do diagnóstico socioeconômico e de representantes da GTZ e do SIPAM.

Como forma de melhor aproveitar a oportunidade de envolver a equipe gestora do PNCA no processo de planejamento, foi inicialmente apresentado um histórico das etapas já concluídas, passando-se depois para uma revisão conjunta dos limites da região da UC e da Zona de Amortecimento; do Zoneamento; dos Objetivos Específicos e do Mapa Estratégico da UC, quando foi identificada a necessidade de elaborar um Mapa Estratégico de Curto Prazo (para 3 anos).

Posteriormente, foi elaborado um Diagrama de Relações Institucionais e identificados os Programas de Manejo a serem desenvolvidos, bem como os Objetivos Estratégicos Atendidos por cada programa, suas Metas, indicadores e Ações Estratégicas necessárias para o seu cumprimento.

Foi feita também uma revisão dos encartes 1, 2 e 3 e dos Mapas e Figuras necessários para cada encarte.

14. No início de março de 2010 foi entregue para análise a versão preliminar do planejamento do PNCA (Encarte 4), bem como as versões finais dos Encartes 1, 2 e 3.

Posteriormente foram apresentadas as primeiras versões da Apresentação e do Resumo Executivo. A entrega do documento final do Plano de Manejo, contendo os Encartes de 1 a 4, o Resumo Executivo e os Anexos, foi feita em dezembro 2010. Posteriormente o documento foi encaminhado para revisão ortográfica e editoração.

15. Após análise técnica e jurídica do ICMBio, o primeiro Plano de Manejo do PNCA foi aprovado pela Portaria ICMBio n° 39 de 16 de junho de 2011.

HISTÓRICO DA MONITORIA E REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

Além da alteração dos limites do PNCA, a Lei 12.678/2012 deu abertura para a instituição da Zona de Amortecimento do Parque, que havia sido considerada apenas como proposta pela Portaria nº 39/2011, que aprovou o Plano de Manejo. Conforme Art. 5º parágrafos 2º e 4º:

*“§ 2º O leito da Estrada do Estanho e o leito menor do rio Roosevelt no trecho compreendido entre os pontos do memorial descritivo P-050 e P-238 ficam excluídos dos limites do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, **passando a integrar sua zona de amortecimento, cujos limites e normas de utilização serão estabelecidos no plano de manejo da unidade de conservação.**” Grifo nosso.*

*“§ 4º **As demais áreas a comporem a zona de amortecimento do Parque Nacional dos Campos Amazônicos serão definidas no plano de manejo da unidade.**” Grifo nosso.*

A previsão de estabelecimento dos limites da ZA pelo Plano de Manejo do PNCA, feita pela Lei 12.678/12, possibilitou a sua definição por Portaria, o que não estava ocorrendo devido à recomendação dada pela Advocacia Geral da União (AGU), que orienta ao ICMBio que as ZA deverão ser estabelecidas somente por instrumento jurídico semelhante ao de criação da UC (ou seja, Decreto ou Lei).

A Zona de Amortecimento constitui um importante instrumento de gestão que visa minimizar os possíveis impactos negativos, provenientes do entorno da UC, sobre os ecossistemas protegidos por esta. A possibilidade de sua instituição se tornou o principal motivador para a revisão do Plano de Manejo do PNCA, uma vez que os limites da ZA precisavam ser ajustados aos novos limites do Parque.

Além disso, com a alteração dos limites, fez-se necessária a revisão do zoneamento e da previsão de infraestrutura da Unidade, assim como, o estabelecimento de normas para a região da estrada do Estanho, que foi incorporada ao Parque.

Quanto à implementação do Plano, embora a equipe da UC tivesse a percepção de que o documento era efetivo para a gestão da área, ainda não havia sido realizada nenhuma monitoria de sua implementação, apesar de seus dois anos e meio de vigência, optando-se por realizar as duas atividades concomitantemente.

Nos dias 5 e 6 de agosto de 2013 foi realizada reunião para monitoria da implementação e revisão do zoneamento e outros aspectos pontuais do Plano de Manejo do PNCA, uma vez que grande parte do documento foi considerado ainda atual e válido pela equipe. Participaram desta reunião a equipe da UC, a Supervisora da elaboração e da revisão do Plano, dois pesquisadores que participaram do Diagnóstico Ambiental para a elaboração do Plano e a consultora que participou de todo o planejamento e redigiu o documento final, como colaboradores técnicos ao processo.

Para a execução da monitoria da implementação, durante a reunião avaliou-se o alcance dos Objetivos Estratégicos que compõem o Mapa Estratégico da UC, e, para cada Programa de Gestão, verificou-se a execução das Ações Estratégicas previstas, foram medidos os indicadores e avaliado o alcance das Metas.

Dois importantes Objetivos Estratégicos para a consolidação do Parque foram alcançados pela equipe gestora: “Ampliar e adequar o desenho do Parque Nacional para garantir a conectividade e o alcance de seus objetivos”, na perspectiva do Ambiente, e “Implementar o Programa de Integração com o Entorno, incluindo o Conselho Consultivo”, na perspectiva de Processos Internos. Esses dois objetivos foram concretizados com a edição da Lei 12.678/2012, que alterou os limites da UC, e com a publicação da Portaria nº 132 de 21 de novembro de 2012, que criou o Conselho Consultivo do PNCA. Este alcance ensejou também a atualização do Mapa Estratégico do Parque.

Quanto às Metas estabelecidas, 28% delas foram alcançadas (7,5⁴ de 27 Metas), com destaque para: “Tornar o desenho da UC contínuo e abrangendo a maior área possível de Cerrado e Campinaranas”, alcançada com a revisão dos limites do Parque; “Institucionalizar espaço de diálogo com a sociedade da região da UC”, alcançada com a criação do Conselho Consultivo; “Prevenir e combater invasões e desmatamento no interior do Parque Nacional”, tendo diminuído ano a ano as tentativas de invasão da UC e o desmatamento no interior do Parque; “Manejar e controlar o fogo na Unidade”, embora o manejo do fogo ainda não esteja ocorrendo, a manutenção de uma Brigada de Prevenção e Combate tem tornado estas ações mais eficazes e a UC tem avançado no conhecimento sobre essa problemática.

Quanto à execução das Ações Estratégicas, 52% delas foram implementadas (52 de 100 Ações), e 5% parcialmente implementadas (5 de 100 Ações) durante os dois anos e meio de vigência do Plano (Figura 8). O Programa de Gestão com maior implementação foi o de Operacionalização (80%, 12 das 15 ações), seguido de Proteção (70%, 21 das 30 ações) e Integração com Entorno (64%, 13,5 das 21 ações). O Programa de Consolidação Territorial teve 57% das ações implementadas (7 de 13 ações) e o de Pesquisa e Manejo 25% (2 de 8 ações), a avaliação inclui às ações executadas até julho de 2013, incluindo àquelas implementadas parcialmente⁵.

Entretanto, o Programa de Uso Público não teve nenhuma ação implementada. Com capacidade de gestão reduzida devido ao tamanho da equipe (que variou de 2 a 4 servidores), os gestores optaram pela não implementação deste Programa, priorizando a execução dos demais e principalmente daqueles que visavam garantir a manutenção do território e conservação dos atributos naturais da Unidade.

⁴ e ⁵ Para cada Meta ou Ação Estratégica implementada parcialmente foi considerado o valor 0,5 para fins de cálculo, motivo do valor fracionado.

Figura 8: Percentual de implementação das ações estratégicas do Plano de Manejo do PNCA

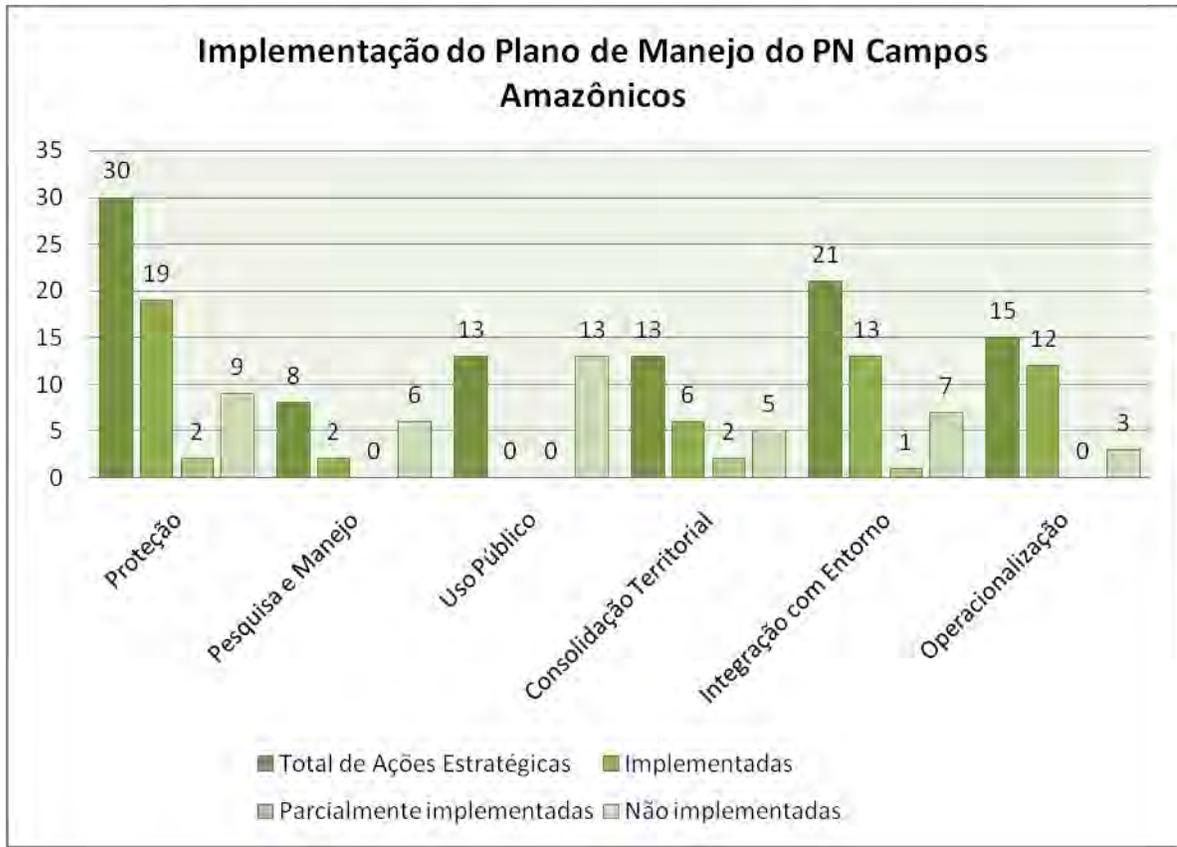


A consolidação da monitoria pode ser verificada na Tabela 1 e Figura 9, e o detalhamento por Programa de Gestão encontra-se no Relatório de Monitoria e Revisão do Plano de Manejo do PNCA, Anexo VIII deste Plano de Manejo.

Tabela 1: Consolidação da monitoria da implementação do Plano de Manejo do PNCA

	Qtidade	Alcançadas/ Executados*	Percentual	Qtidade	Alcançadas/ Executados*	Percentual
PROGRAMAS DE GESTÃO						
PROTEÇÃO				PESQUISA E MANEJO		
Metas	8	2	25%	2	0,5	25%
Ações Estratégicas	30	21	70%	8	2	25%
USO PÚBLICO				CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL		
Metas	4	0	0%	5	1,5	30%
Ações Estratégicas	13	0	0%	13	7	54%
INTEGRAÇÃO COM ENTORNO				OPERACIONALIZAÇÃO		
Metas	5	1,5	30%	3	2	67%
Ações Estratégicas	21	13,5	64%	15	12	80%
TOTAL DO PLANO DE MANEJO						
Metas	27	7,5	28%			
Ações Estratégicas	100	55,5	56%			

Figura 9: Ações previstas e implementadas por Programa de Gestão do Plano de Manejo do PNCA



Durante a reunião, também foi realizada a revisão dos itens principais do Plano de Manejo do PNCA, como a atualização dos mapas estratégicos, a indicação de novas ações estratégicas em substituição ou complementação àquelas já executadas, a alteração das Metas cumpridas, e o aprimoramento dos indicadores.

O zoneamento da UC também foi revisado em plenária, avaliando cada zona quanto ao seu desenho, objetivos e normas, e definindo as zonas para as áreas ampliadas do Parque. A Zona de Amortecimento teve seus limites ajustados apenas nas áreas sob influência dos novos limites da Unidade, as demais áreas permaneceram conforme proposto anteriormente pelo Plano de Manejo.

Outro item revisado foi à prioridade de instalação da infraestrutura, que foi alterada com base nos novos limites e nas necessidades atuais do Parque, priorizando o estabelecimento de Base Operativa na estrada do Estanho, para dar suporte as ações de prevenção e combate a incêndios, de proteção e de pesquisa no enclave de Cerrado do PNCA.

Posteriormente à reunião, foram realizados ajustes no texto e mapas do documento original, atualizando-os de acordo com os novos limites e a situação atual da gestão da UC, além de agregar novas informações obtidas pela equipe. As informações de base, obtidas pelos diagnósticos realizados quando da elaboração do Plano de Manejo foram mantidas no documento revisado, pois foram consideradas atuais e, portanto, desnecessário fazer novos diagnósticos para subsidiar a nova versão do Plano.

LOCALIZAÇÃO E LIMITES

O PNCA, com área de 961.539ha (valor de acordo com análise dos limites pela UC, a Lei 12.678/2012 cita “aproximadamente 961.320ha”), situado entre as coordenadas geográficas de 7° 40'S a 9° 05'S, 60°25'W a 62°10'W, possui 86,7% da sua área localizada em dois municípios do Estado do Amazonas - Novo Aripuanã (68,1%) e Manicoré (18,6%); 12,9% no Município de Machadinho D'Oeste, no Estado de Rondônia; e 0,4% no Município de Colniza, no Estado de Mato Grosso.

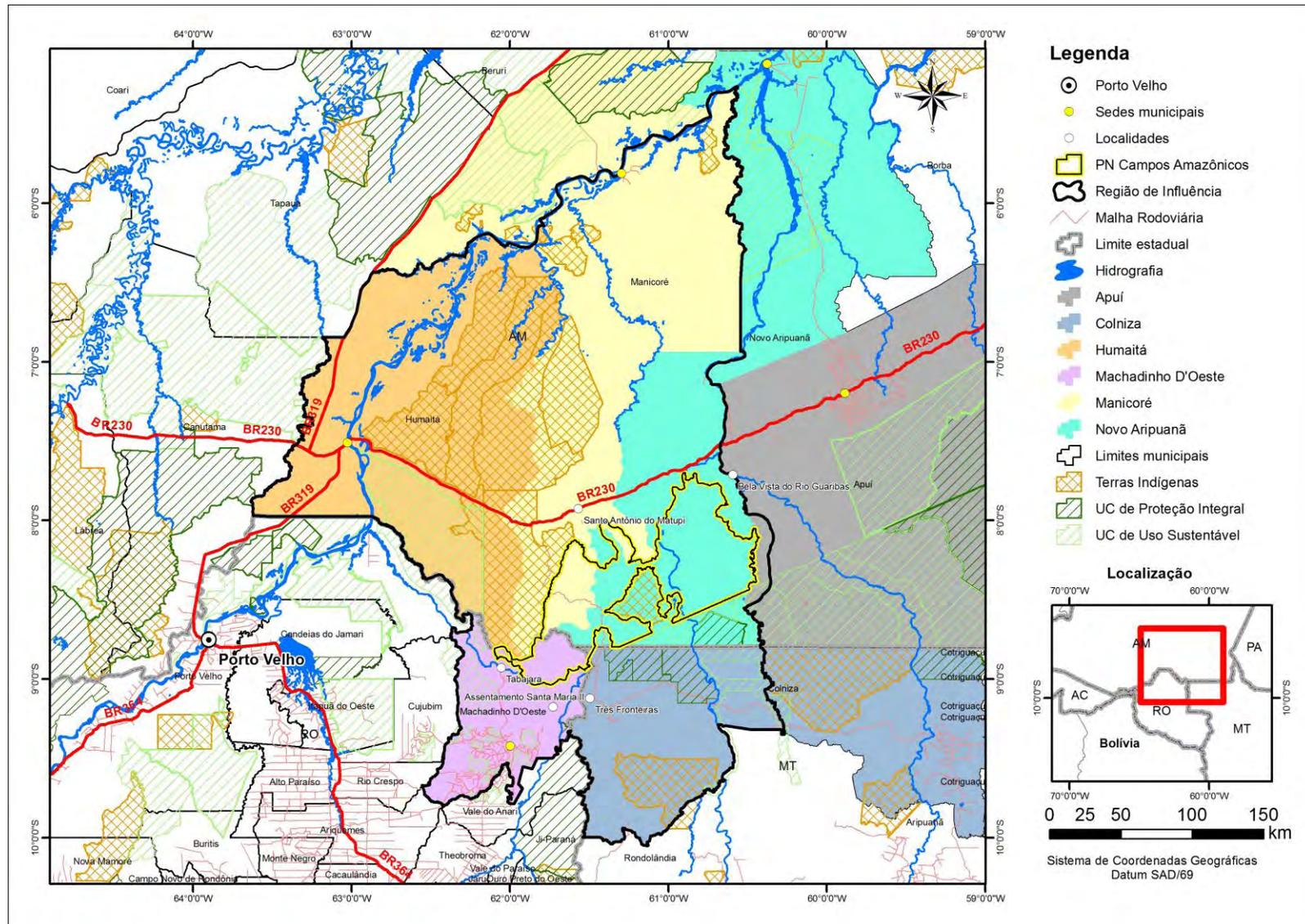
No entorno da unidade encontram-se as terras indígenas Tenharim Marmelos e Igarapé Preto, o Mosaico de Unidades de Conservação Estaduais do Apuí, o distrito de Santo Antonio do Matupi, a localidade Três Fronteiras (Guatá) e as comunidades Tabajara e Bela Vista do rio Guaribas.

Como mostra a Figura 10, o Parque Nacional dos Campos Amazônicos é de difícil acesso, devido às longas distâncias e a precariedade das estradas de acesso, apesar de ser possível chegar ao Parque tanto por via terrestre, terrestre/fluvial e aérea. Os principais acessos ao Parque são por via terrestre ou terrestre/fluvial, sendo:

- Pela BR-230 – Transamazônica, saindo de Humaitá/AM, percorre-se 150km até a entrada para a estrada do Estanho, por onde se percorre mais 60km até o rio Branco, limite entre a Unidade e a Terra Indígena Tenharim Marmelos.
- Pela BR-230 – Transamazônica, saindo de Humaitá, percorre-se 180km até Santo Antonio do Matupi e depois seguindo pelo ramal do Pito Aceso por cerca de 50km, chega-se à área da unidade. Ou, a partir de Santo Antônio do Matupi percorre-se cerca de 18 km pela BR-230 até a entrada do ramal dos Baianos, depois segue-se por este por cerca de 15km até o limite do PNCA.
- Pela BR-230 – Transamazônica, saindo de Humaitá, percorre-se cerca de 250km até acessos vicinais, por onde se chega no rio Roosevelt, limite da unidade.
- Pela BR-230 – Transamazônica, saindo de Humaitá, percorre-se cerca de 290km até o cruzamento com o rio Aripuanã, seguindo por via fluvial por este rio à montante, e depois pelo rio Guaribas, chega-se ao limite da Unidade.
- Saindo de Colniza/MT, percorre-se 340km pela rodovia MT-206 até a estrada do Estanho.
- Via Machadinho D'Oeste, pela rodovia RO-133, onde se percorre 60km até a comunidade Tabajara e depois, por via fluvial a montante no rio Machado (cerca de 20 minutos), chega-se aos limites do Parque.
- Via Machadinho D'Oeste, por via fluvial, seguindo de barco pelo Rio Machadinho até o Rio Machado, chega-se no limite do Parque.
- Saindo de Machadinho D'Oeste, pela Rodovia RO-205 e depois rodovia MT-206, por 100km até o acesso da estrada do Estanho; a partir desta, algumas vicinais dão acesso ao Parque, e após cerca de 55km a estrada adentra ao Parque.
- Via rodovia MT-206 e posteriormente pelo rio Madeirinha até o Rio Roosevelt (cerca de seis horas de voadeira), ou seguindo-se pelo Rio Roosevelt desde a comunidade de Panelas (cerca de quatro horas de voadeira).

Por via aérea o transporte é feito em aviões de pequeno porte, havendo três pistas no entorno do PNCA: uma no interior da Terra Indígena Igarapé-Preto, uma no Distrito de Santo Antônio do Matupi e outra na Pousada Roosevelt. As pistas de pouso que existiam ao longo da estrada do Estanho estão desativadas, sem possibilidade de uso.

Figura 10: Localização e acessos do Parque Nacional dos Campos Amazônicos.



FICHA TÉCNICA DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS

Nome da Unidade de Conservação: Parque Nacional dos Campos Amazônicos	
Unidade Gestora Responsável: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	
Endereço da Sede	Avenida Lauro Sodré, 6500 – Porto Velho/RO
Telefone / Fax	+55 (69) 3217 6544 / 3222 1801 / 3222 6910
E-mail	pncamposamazonicos@icmbio.gov.br
Superfície (ha)	961.539
Perímetro (km)	1.072,68
Município que abrange e percentual abrangido pela UC	Novo Aripuanã (15,89% do Município) e Manicoré (3,71% do Município), no Estado do Amazonas; Machadinho D'Oeste (14,62% do Município), no Estado de Rondônia e Colniza (0,13% do Município), no Estado de Mato Grosso.
Estados que Abrange e percentual da UC por Estado e municípios	Amazonas (86,7%, sendo 68,1% em Novo Aripuanã e 18,6% em Manicoré), Rondônia (12,9% em Machadinho D'Oeste) e Mato Grosso (0,04% em Colniza).
Coordenadas geográficas	7°40'S a 9°05'S, 60°25'W a 62°10'W.
Data e número do decreto/ato legal de criação	Decreto S/Nº de 21 de junho de 2006.
Data e número do ato legal de alteração de limites	Lei Nº 12.768 de 25 de junho de 2012.
Marcos importantes (localização)	BR-230 – Rodovia Transamazônica (norte), Rio Machado e limite estadual AM/MT (sul), rios Roosevelt e Guaribas (leste), Terra Indígena Tenharim Marmelos (oeste), Estrada do Estanho (centro da UC).
Bioma e Ecossistema	Amazônia.
Atividades Desenvolvidas	
Proteção	Ações de fiscalização e monitoramento em áreas críticas para a proteção da UC, prevenção e combate a incêndios, especialmente no enclave de Cerrado.
Consolidação Territorial	Ações para realocação dos ocupantes do interior da UC, avaliação de pedidos de indenização de proprietários de áreas na UC e instalação de placas de sinalização em limites estratégicos.
Envolvimento Comunitário	Reuniões do Conselho Consultivo da UC, ações de educação com as comunidades do

	entorno, participação em eventos das comunidades, aproximação com moradores do entorno.
Pesquisa	Apoio ao desenvolvimento de pesquisas prioritárias ao manejo da UC e pesquisas realizadas por pesquisadores externos.
Atividades de uso público	Negociações com pousadas do entorno para regularização das atividades de uso público no interior e entorno da Unidade.

Bibliografia

Galante, M. L. V., Beserra, M. M. L., Menezes, E. O. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília. 136p.